POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gustavo Borges de Sousa

Uniube – Mestrado em Educação – Disciplina de Políticas Públicas

professorgustavoborges@gmail.com

Linha de trabalho: LT9 – Políticas Públicas na Educação

Resumo

Este trabalho visa analisar e compreender alguns trechos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica publicado em 2013 bem como avaliar se o documento está de acordo com a realidade brasileira e se o Estado cumpre as exigências impostas por ele mesmo. O recorte do documento foi feito a partir da realidade do ensino básico, especificamente o ensino médio, de responsabilidade do Governo Federal e de Redes Particulares. Há, inclusive, o recorte espacial ao tomar como escopo a realidade de Minas Gerais e os dados da cidade de Uberaba.

Palavras-chave: Educação, Ensino Médio, Políticas Públicas.

Contexto do Relato

Este trabalho visa analisar e compreender alguns trechos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica publicado em 2013 bem como avaliar se o documento está de acordo com a realidade brasileira e se o Estado cumpre as exigências impostas por ele mesmo. O recorte do documento foi feito a partir da realidade do ensino básico, especificamente o ensino médio, de responsabilidade do Governo Federal e de Redes Particulares. Há, inclusive, o recorte espacial ao tomar como escopo a realidade de Minas Gerais e os dados da cidade de Uberaba.

Ao longo do trabalho, procuraremos confrontar estes dados a fim de posicionar o Estado, a Unidade Federativa e o Município no contexto educacional e, a partir do relatório de gestão governamental proposto pelo governo de Minas na gestão Aécio/Anastasia, compreender as políticas públicas direcionadas ao segmento bem como sua eficácia no âmbito educacional, social e humano.

Para isso, iniciaremos com o trecho do documento que analisa o crescimento econômico do país e sua relação com a educação:

> O Brasil vive, nos últimos anos, um processo de desenvolvimento que se reflete em taxas ascendentes de crescimento econômico tendo o aumento do Produto Interno Bruto ultrapassado a casa dos 7%, em 2010. Este processo de crescimento tem sido acompanhado de programas e medidas de redistribuição de renda que o retroalimentam. Evidenciam-se, porém, novas demandas para a sustentação deste ciclo de desenvolvimento vigente no País. A educação, sem dúvida, está no centro desta questão. *(Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p.153)*

Há de se saber que os dados apresentados pelo documento fazem referência ao ano de 2010. Isso significa que o texto já se encontra em defasagem uma vez que em 2015 houve uma retração da economia e o PIB ficou restrito a 0,5% negativos. Ora, se parte dos 7% prometidos em 2010 eram destinados à Educação é fácil perceber que haverá cortes orçamentários também nesta área. Assim, de início, as políticas públicas já se demonstram inviabilizadas por falta de recursos e o que seria prioridade para uma nação passa a ser protelado, novamente. O julgamento "novamente" se dá por fatores históricos anteriores à criação do sistema republicano. No império, por exemplo, era considerado cidadão aquele que possuía certa quantidade de terras e, por isso, tinha direito ao exercício de cidadania denominado voto. Com a proclamação da República (res = coisa; publica = de todos) houve uma discreta abertura democrática vinculada à educação: cidadão seria o homem, maior de 26 anos alfabetizado. No entanto, nenhuma política pública foi direcionada a fim de se criar um projeto de lei que alfabetizasse a nação e, na primeira eleição civil, a de Prudente de Moraes, apenas 0,2% da população sabia ler e escrever, coincidentemente esta população pertencia aos mesmos grupos que faziam parte da organização imperial. Logo após, na eleição de Washington Luís (1930) o país tinha cerca de 2% de eleitores, mas com o golpe de Vargas e seu planejamento de alfabetização nacional, ao final de seu governo este índice alcançava 16% - uma excelente marca se compararmos com os dados anteriores, mas péssima se considerarmos em números absolutos e na exclusão democrática que representava. Por fim, com a assembleia constituinte de 1988, que deu origem a Constituição vigente até os dias de hoje, o conceito de cidadão se modificou: brasileiro é o que nasce no país, independentemente de seu grau de escolaridade. Isso pode ser percebido, como dizem aqueles que apoiam a lei, como elemento de inclusão democrática, uma vez que o voto é facultativo para o analfabeto. Porém, os opositores julgam que essa lei é mais uma que se inibe de alfabetizar

com qualidade uma nação – diante da dificuldade, exclui-se o item como fator de validação da democracia. Desta forma, historicamente ou analisando as Diretrizes curriculares, percebe-se que a transformação de um país passa, obviamente, por questões de políticas públicas.

Outra forma de compreender a relação do Ensino Público com a Economia brasileira é verificando as informações proporcionadas pelo Ministério da Educação. Segundo ele, o gasto inicial em Educação para 2013 era 6,6% do Produto Interno Bruto, porém as Diretrizes anunciavam o valor de 7%. A dificuldade se torna ainda maior quando há a promessa de em 2024 o país injetar 10% de toda sua renda no segmento. Mas será que se isso acontecesse de fato a educação melhoraria? Se considerarmos a eficiência do Japão, em questões educacionais, com o valor do PIB utilizado por ele, 3,8%, poderemos concluir que a injeção de recursos se faz necessária, porém o gerenciamento e o encaminhamento promovido por políticas públicas adequadas são mais urgentes para a realidade brasileira, dada sua extensão geográfica e a quantidade de alunos com experiências e vivências culturais múltiplas. O gráfico do ministério da educação ainda mostra o valor destinado aos alunos do Ensino Médio: R$ 5.546,00. Se julgarmos que as são três as séries destinadas ao Ensino Médio e que isso totaliza 36 meses, o valor mensal pago para que cada estudante usufrua do sistema é R$ 154,05. Se compararmos estes valores aos efetuados no sistema particular verificaremos uma diferença enorme, porém o gráfico nos fornece uma comparação com o ensino superior público: R$ 593,97/aluno/mês. Isso quer dizer que há uma política pública que direciona maiores recursos aos futuros profissionais sem se preocupar com eles chegam até o nível superior. Ora, retomando, novamente os elementos históricos acumulados, percebemos que continua havendo uma predileção em investir nos grupos que já foram beneficiados pelo sistema, uma vez que os alunos das universidades públicas em sua maioria são oriundos de classe social abastada. As políticas de inclusão nesta vertente, como cotas, podem ser percebidas como a única forma de um indivíduo participar da plataforma que lhe dará emancipação ou pode também ser vista como reprodução do modelo que sempre diferenciou ricos de pobres no país.

A consciência da necessidade de políticas públicas eficazes bem como a complexidade do sistema pode ser percebida no trecho do documento: “A demanda provocada por essas mudanças na legislação, por si só, já indica a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB no 15/98 e Resolução CNE/CEB nº 3/98), além de se identificarem outros motivos que reforçam essa necessidade, afirma o parecer.

Se o parecer que consta nas Diretrizes já indica uma necessidade de atualização é porque não há facilidade em compreender a dinamicidade do processo. Aqui, entra em questão a burocracia do sistema. Se compararmos o problema em escola particular que, quase sempre se confunde com empresa, perceberemos a rapidez em melhorar o sistema seja o problema de ordem estrutural, pedagógica ou ideológica. Isso tudo influencia diretamente na frequência e na taxa de aprendizado. Boa parte dos alunos frequentam a escola pública mas, no Ensino Médio, os alunos matriculados pouco passam da metade do contingente populacional em idade entre 15 a 17 anos, como assinala o documento:

> De acordo com o documento "Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira" (IBGE, 2010), constata-se que a taxa de frequência bruta às escolas dos adolescentes de 15 a 17 anos é de 85,2%. Já a taxa de escolarização líquida dos mesmos adolescentes (de 15 a 17 anos) é de 50,9%. Isso significa dizer que metade dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não está matriculada no Ensino Médio. No Nordeste a taxa de escolaridade líquida é ainda inferior, ficando em 39,1%. (*Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p.153)*

Em função disso há uma discordância com a LDB, Lei de Diretrizes Básicas da Educação, inciso VI, artigo 10, que prima a Educação, especificamente o Ensino Médio, como prioridade do Estado. No entanto, os dados apresentados contradizem essa lei uma vez que há milhares de adolescentes sem a escolaridade proposta pelo projeto. O problema se agrava ainda mais se focalizarmos regiões historicamente mais pobres que o sudeste. Segundo Dayrell (2009), o censo de 2000 informa que 47,6% dos jovens da Região Sudeste de 15 a 17 anos frequentavam o Ensino Médio; no Nordeste apenas 19,9%; e a média nacional era de 35,7%. Isso significa que as pessoas que, em fase adulta, não conseguiram direitos básicos garantidos por mecanismos legais serão as principais dependentes do sistema público em diversas áreas, como previdenciária, seguro desemprego, SUS... Enfim, cada brasileiro que não consegue o sucesso acadêmico em idade escolar transformar-se-á em um personagem que insiste em existir desde a proclamação da república em 1889: Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, síntese da exclusão, pobreza e analfabetismo.

É sabido, no entanto, que há obstáculos sérios para a melhoria do sistema educativo que, segundo o documento analisado, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013, visa: promover a inclusão social por meio de conhecimentos que devem ser assegurados a todos;

não privilegiar a dimensão cognitiva em detrimento da formação moral, afetiva, psicológica e social; flexibilizar a organização curricular em função da diversidade do sujeito e introduzir a ética como modo de comportamento e não como disciplina, somente. Mas o que se percebe, na prática é o avesso disso: aquela metade de não matriculados não conseguirá com facilidade ser incluída. Os indivíduos ocuparão setores menos respeitados e remunerados ou partirão para a economia informal ou marginalização. O privilégio da dimensão cognitiva ainda é a tônica do Ensino Médio, uma vez que o foco é a aprovação no vestibular. Prova disso está no tecnicismo promovido pelos sistemas de ensino compostos de plataforma virtual, apostila com exercícios, foco em determinadas universidades e capítulos que são resumos facilitadores da memorização. Assim, a formação moral, afetiva, psicológica e social passam a ser exceções em vez de regra. Quanto à flexibilização do conteúdo trabalhado é possível perceber que se há apostilas ou livros didáticos não há flexibilização, por mais que o professor tenha que realizar planejamento anual, mensal e às vezes semanal, o sistema só terá sido verdadeiramente completo se concluído todos os módulos do material. Desta forma, o desprezo em relação ao ser não se dá somente com o principal interessado, o aluno. Mas também com os mediadores, professores, coordenadores e colaboradores. A ética e a moral não são ferramentas a serem aplicadas no dia a dia, mas disciplinas a serem compreendidas para acertarem questões no dia do vestibular. A gravidade desta situação está demonstrada no gráfico abaixo:

Segundo o Relatório de Gestão do Estado de Minas Gerais, gestão 2011/2014, o Estado é responsável por 86,6% dos alunos de idade entre 15 e 17 anos. O percentual é altíssimo e é por isso que o cidadão deve se politizar e cobrar seus direitos. Mas como chegar a essa necessidade de ação se o caminho, escolarização, está comprometido? Talvez o estreitamento político entre o Legislativo e os cientistas da Educação seja uma forma de casar o interesse social nesta área.

O relatório indicou que em 2011, 736.509 alunos se matricularam no Ensino Médio em Minas Gerais. Deste montante, 76,6% foram aprovados enquanto 15,9%, reprovados. Assim, percebemos que 7,5% dos estudantes mineiros evadiram. Este dado mostra que há muito caminho a ser percorrido a fim de reestruturar a escola como mecanismo de inclusão, interação, interesse.

Essa evasão pode ser percebida em números absolutos pertencentes ao ano de 2012:

Em 2012, Minas Gerais teve 121.509 alunos não concluintes do Ensino Médio segundo o documento emitido pela unidade federativa de Minas Gerais. Isso significa que mais de cem

mil cidadãos foram privados de itens grafados com prioritários em documentos oficiais. Parte deste problema remonta ao princípio deste texto. Ao analisarmos a riqueza de um País (PIB) e o quanto ele investe em educação percebemos um interesse político em outro setor. A receita fiscal, de acordo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por exemplo, para o ano de 2015 foi pleiteada em R$ 72.427.282.544,00. No entanto, dado a crise econômica, o valor aprovado foi R$ 68.348.576.465,00. O quadro social se agrava ainda mais se analisarmos as despesas fiscais: R$ 75.621.782.485,00. A economia brasileira ao entrar o ano de 2015 já está com um déficit de quase sete trilhões de reais. Assim, a educação ficaria, novamente, em segundo plano. Por metonímia é possível chegar a essa conclusão, analisando os dados financeiros da cidade de Uberaba, interior de Minas Gerais, com mais de 20 escolas destinadas ao Ensino Médio. O orçamento do município para 2015 é R$ 1.325.361.578,49. A área da saúde poderá investir R$ 307.531.226,00 e o setor de infraestrutura, R$ 245.349.170,23. A Educação terá somente R$ 188.166.327,70. Em porcentagem, a Saúde representa 23,20%, a infraestrutura, 18,51% e a Educação, 14,19%. Está claro que há necessidade urgente de políticas públicas que encarem, de fato, a Educação como prioridade. Se isso não for feito vários setores necessitarão de mais recursos para suprir suas demandas. A segurança pública do município é uma delas. Atentemos para o mapa da violência por escolaridade[1] de 08/11/2014 a 08/04/2015, fornecido pelo 4º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais. Segundo ele, a maioria dos crimes se dá em função da não conclusão do ensino básico – formado pelo ensino fundamental e médio. A matemática financeira que rege a economia é que está invertida. Se o governo investisse em educação, menos dependência o sujeito teria do próprio sistema, mas como isso não é uma constante, mais dinheiro deve ser direcionado para resolver problemas críticos e emergenciais. No entanto, ao que parece, o poder público se vale do princípio legal de publicidade e prefere investir em obras que dão maior visibilidade a fazer um projeto sólido, a longo prazo, caro e com pouco retorno de votos. Então, para mascarar a falência do sistema, alguns projetos são criados a fim de minimizar a pressão exercida pela sociedade. É o que fez assembleia legislativa de Minas Gerais na gestão Aécio Neves e Antônio Anastasia. Neste período foram criadas algumas alternativas como capacitação do profissional por meio da escola Magistra, com sede em Belo Horizonte; intercâmbio, 14 alunos concluíram parte do Ensino Médio em Vancouver, Canadá; Diuturnização do Ensino Médio, dada a evasão noturna; Programa de Educação Profissional, com remuneração mantida; parceria com o Pronatec - Programa Nacional de acesso ao ensino

[1] Anexo 01

técnico e Emprego; Conservatórios de música; Educação em tempo integral, com inclusão de Xadrez e artes marciais; Poupança jovem, Educação de jovens e adultos e professor da família. Todas essas propostas são iniciativas que deveriam estar integradas ao todo educacional, mas ao que parece elas não se relacionam e possuem, além do inchaço na dívida pública do estado, falhas operacionais. Isso porque a cada gestão há uma mudança na forma de se fazer política direcionada ao Ensino Médio. Disse que não há uma preocupação em melhorar o sistema, mas sim dar-lhe uma roupagem que seja a identificação político-partidária do momento. A título de exemplo citou o projeto "sexto Horário", parte do programa "Ensino Médio que se Reinventa". Nele, o aluno estudaria, no último horário da manhã, propostas de cursos técnicos nas áreas de turismo, comunicação aplicada, empreendedorismo e gestão, tecnologia da informação, meio ambiente e recursos naturais, estudos avançados em ciências e estudos avançados em linguagens. No entanto, a profissional salienta que nenhuma pesquisa prévia foi feita e que vários cursos não tinham demanda, apesar de terem que ser cumpridos. Além disso, não havia profissionais da área e os próprios professores tinham que ministrar as disciplinas.

Este é o retrato do que, em teoria, é tratado como sucesso de política pública direcionada à educação. Acreditamos que, se não houver recursos aplicados com responsabilidade social e preocupação em emancipar, de fato, o indivíduo, não haverá sucesso nesta área. Os projetos são belos, mas insípidos; os investimentos sofrem cortes; os profissionais são pouco motivados em função de um parco plano de carreira e baixa remuneração, as instituições, muitas, datam da época ditatorial – prédios antigos e sucateados; o livro didático é mecânico. Enfim, há muito que se trabalhar para que os dados, aqui apresentados, sejam invertidos, para o bem de toda uma sociedade. Só assim, o Brasil poderá conhecer Jeca Tatu da forma como deve ser conhecido: como personagem inventado nos livros de Monteiro Lobato.

Detalhamento das Atividades (ou subtítulo 2)

Foi realizada pesquisa de campo e também bibliográfica. A análise do documento principal – Diretrizes Curriculares Nacionais na Educação Básica – indicou que o Brasil caminha com o intuito de melhorar seu ensino médio. Caminha, porém não corre. Isso quer dizer que há dissonâncias entre o que se lê no documento e o que se verifica na prática educacional de Uberaba, MG e também do Estado. Atualmente, a Unidade Federativa que possui melhores índices no Ensino Médio é Goiás, seguida de Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. No Entanto, todas as escolas públicas desta faixa, o que representa 86% do contingente de

estudantes brasileiros, estão abaixo do rendimento das escolas particulares. É justamente a compreensão da burocracia do sistema que permitirá a criação de mecanismos capazes de dinamizar o ensino em todas as suas vertentes e, consecutivamente, atualizar o ensino público brasileiro.

Análise e Discussão do Relato (ou subtítulo 3)

O que se pode aprender com a análise do documento e também com a investigação em outras áreas de intersecção do ensino, como a segurança social, é o fato de todos os segmentos que envolvem a vida em estado civil ter como ponto-chave a iniciação escolar. A maioria que passa pela escola e consegue dados de excelência consegue ocupar um espaço social que lhe permita não transgredir leis para realizar seus sonhos a partir do conhecimento adquirido. No entanto, a outra para, ou seja, a maioria analfabeta poderá ter sansões do Estado e, muitas vezes, o despreparo educacional fará com o sujeito se torne um detento que esteja, após cumprir seu débito social, sujeito a reincidência.

Criar um projeto como este significa ter a consciência crítica, politizada, da necessidade de políticas públicas e afirmativas com a clara intenção do bem comum. Se qualquer política destinada a área da educação não tiver este propósito, resultará em mecanismos de plataforma política para alguns ou representariam o sucesso de uma minoria. Isso, certamente, marcaria o processo de exclusão e degeneração na forma de governar. No entanto, como o processo legislativo é lento e, geralmente, o político não possui uma formação específica na área da educação, percebe-se a importância de cursos de pós-graduação e mestrado com a clara intenção de fomentar pesquisas na área que possam redirecionar, atualizar e retificar o ensino público, especialmente o ensino médio, foco deste trabalho.

Considerações

Essa experiência trouxe como fruto para minha atuação como docente um aumento da carga de responsabilidade moral, uma vez que o aluno, carente ou não de um sistema de ensino de qualidade, está diretamente ligado ao profissional. Logo, colher informações modernas, participar de fóruns de discussões e atualizações dos mecanismos que envolvem o ensino-aprendizagem passaram a ser a pedra de toque para profissionais docentes que enxergam a Educação como um sacerdócio sem utopias nem galardões no final do processo. Assim,

enquanto políticos pensam o educador deve agir com ética e preocupação de quem trabalha com pessoas e não com cifras, números ou objetos.

Anexo 01

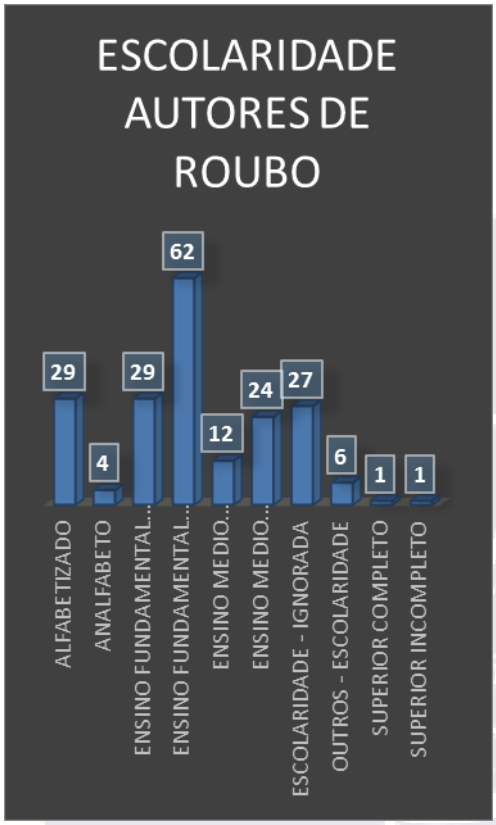


Figura 1 - ESCOLARIDADE AUTORES DE ROUBO, 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. TOTAL: 195 AUTORES QUALIFICADOS NO REDS

Referências

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 60 p. – (Série Legislação ; n. 39)

Relatório de Gestão do Estado de Minas Gerais. Gestão 2011 - 2014, 171p. Governo de Antônio Anastasia.

Disponível no sítio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/03/24_plenario_orcamento_2015_aprovado.html. Acessado em 21/09/2015, às 22h11min